

Negociações com o governo federal são retomadas

Ofício enviado pelo MEC à Fasubra marcou a retomada, oficial, das negociações com o Comando Nacional de Greve. Confira nas páginas 6 e 7 a íntegra do ofício do Ministério da Educação, bem como a avaliação da Fasubra sobre as propostas do governo. A orientação do movimento é de continuidade da greve, que está obtendo importantes apoios políticos.



Ato Político de Abraço ao prédio do HC reúne cerca de 500 pessoas

Foto: Toinzinho (Cegef)



Pág. 4

Ainda nesta edição:

Servidores da UFG participam de sessão especial na Câmara Municipal de Goiânia

Pág. 3

Radicalização do movimento está obtendo grande destaque na mídia goiana

Pág. 5

Sint-UFG convoca Congresso da categoria

Pág. 8

Obras do Restaurante da sede social estão em fase final

Pág. 8

Editorial

É preciso separar o joio do trigo

“A autonomia do movimento social e sua intervenção permanente são condições indispensáveis, hoje, para interferir nos rumos de um governo nascido de suas lutas. Com tato político, sem fazer o jogo do inimigo, o movimento sindical também deve ‘bater e assoprar’, numa relação dialética de unidade e luta. A positiva ação recente da Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS), na denúncia dos golpistas e na pressão para mudanças, corrobora a idéia de que este é o melhor caminho a seguir no atual estágio do conflito de classes no país”.

Altamiro Borges, jornalista, editor da revista Debate Sindical

Diante da crise política, qual a postura que deve ser adotada pelos movimentos sociais? Apoiar, simplesmente, um governo surgido de suas entranhas, ou manter a sua independência e continuar a luta pelas suas bandeiras? A experiência nos mostra que a primeira postura é equivocada. A força dos movimentos sociais reside na sua independência. O governo, liderado pelo PT, tem as suas contradições, já que não venceu as eleições sozinho. É uma coalizão de forças. Portanto, tem as suas limitações no campo político e ideológico. A luta não se esgota com a chegada do PT ao governo. Melhor seria dizer: ela se agudiza. Ganha novos contornos e nuances.

Assim, é um grande equívoco cobrar uma postura revolucionária do novo governo, afinal ele chegou onde está pela via eleitoral (e como já foi

dito), é fruto de uma composição heterogênea. Cobrar do governo “posturas revolucionárias”, demonstra apenas a falta de compreensão acerca da conjuntura vivida pelo país. Estamos diante da ofensiva dos setores da direita, que querem retomar a qualquer custo o poder. Portanto, a radicalização cega joga água no moinho da direita. Fortalece as posições do inimigo.

A nossa categoria está de greve há mais de dois meses. Esta greve se mantém, em boa medida, pela inexistência de diálogo. Mas, também, devido a uma radicalização, fruto de uma avaliação equivocada do momento político atual. Somos plenamente favoráveis à independência dos movimentos sociais. No entanto, as nossas lutas não acontecem



tecem fora da arena política. E, atualmente, a principal luta (é preciso insistir nesse ponto) é entre o governo, que recebeu apoio do campo popular, e as forças de direita.

Não podemos deixar que o nosso movimento se transforme em joguete da direita. É preciso ter uma postura firme e um claro propósito em torno de nossos objetivos, de nossas reivindicações.

Devemos reforçar a posição da CMS (Coordenação dos Movimentos Sociais), que ‘bate e assopra’. Explicando melhor: cobra avanços do governo, mas não dá margem a que o movimento reforce posições da velha direita que foi apeada do poder.

É assim que devemos conduzir a luta da categoria. Sabendo separar, com muito tato político, o joio do trigo. Devemos evitar o aventureirismo, a radicalização anódina, que não conduz a lugar algum (ou melhor, leva sim: para os braços da direita). Sigamos firmes em nossos propósitos, sem turvar as vistas. É necessário, no momento atual, ter maturidade para forçar o governo a atender nossas reivindicações. A contribuição que o movimento na UFG dará é nessa direção. Está embasada nesses propósitos. Todos à luta!

BOLETIM
DE
GREVE

SINT-UFG

Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de Goiás

- Coordenação: Fátima dos Reis
- Coordenação Sindical Adjunto: João Pires Júnior
- Coordenação de Administração e Finanças: Júlio César Prates
- Coordenação Adjunto de Administração e Finanças: Agostinho de L. e Silva
- Coordenação Social: Maria Lucimar M. dos Santos
- Coordenação Social Adjunto: Eunice Carneiro
- Coordenação de Formação Política e Sindical: Vera Lúcia Garcia A. Arruda
- Coordenação de Formação Política e Sindical Adjunto: Antônio Tavares D. Lopes
- Coordenação de Imprensa e Divulgação: Cleiton Porto Moraes

- Coordenação de Imprensa e Divulgação Adjunto: Antônio G. da Silva
- Coordenação de Aposentados e Pensionistas: Joana Rosa Mendonça
- Coordenação de Aposentados e Pensionistas Adjunto: Elena Bonfim Xavier
- Secretário de Organização e Administração do Clube: Amarildo Rodrigues Paixão
- Secretário de Organização e Administração do Clube Adjunto: Olinto Costa M Filho
- Secretária de Assessoria Jurídica e Trabalhista: Jandira de Souza L. Gonçalves
- Secretária de Assessoria Jurídica e Trabalhista Adjunto: Joaquim L. de São José
- Secretário de Esporte e Cultura: Luis Mauro de Souza
- Secretário de Esporte e Cultura Adjunto: Benedito B. da Silva

Editor
Francisco Barros

Projeto gráfico
Gaspar Pereira

Produção:

ei
editora
interativa

(62) 3587-1406

www.interat.com.br

interat@interat.com.br

Greve dos técnico-administrativos é discutida na Câmara de Vereadores

Fotos: Francisco Carvalho

Dentro da programação de fortalecimento da greve, no dia 5 de outubro o Comando Local compareceu à Câmara Municipal de Goiânia, a convite do 1º Secretário da Mesa Diretora, Vereador Bruno Peixoto – PTdoB. Os representantes do Sint-UFG tiveram cinco minutos para utilizar a tribuna livre dos vereadores. Devido a importância do tema, a presidência dos trabalhos decidiu prorrogar a intervenção por mais cinco minutos. Esta foi a segunda vez na história de luta do movimento que foi aberto espaço na tribuna para tratar dos problemas da universidade.

A sessão terminou com a manifestação de apoio ao movimento dos vereadores Bruno Peixoto, Djalma Araújo, Cidinha Siqueira, Marina Santana, Maurício Beraldo, Ancelmo Pereira, Elias Vaz e Deivi-



João Pires, da Coordenação do Sint-UFG, faz relato sobre o movimento dos servidores

son Costa. Os vereadores se dispuseram a promover uma caravana à Brasília com os líderes dos partidos com representação na casa, para audiência no MEC, onde solicitariam o atendimento das reivindicações da categoria dos técnico-administrativos.



Servidores da UFG compareceram às galerias para acompanhar a sessão da Câmara Municipal de Goiânia

Movimento ganha apoio político

O Comando Local de Greve avalia como sendo de grande importância as manifestações de apoio ao movimento vindas de diversos segmentos políticos. O deputado estadual Álvaro Guimarães (PL), encaminhou ao presidente da Assembleia Legislativa de Goiás, deputado Samuel Almeida (PSDB), requerimento para que fosse enviado Expediente ao Ministério da Educação, solicitando ao ministro Fernando Haddad a abertura do processo de negociação entre o movimento gre-

No mesmo sentido, para que as negociações sejam iniciadas, o líder da bancada do PT na Assembleia Legislativa, deputado Paulo Garcia, encaminhou ofício ao ministro da Educação, no dia 13 de outubro.

O deputado Fábio Tokarski (Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da Assembleia Legislativa) enviou aos servidores da UFG, aos dirigentes do Sint-UFG e ao Comando Local de Greve um documento manifestando solidariedade às “justas re-

técnico-administrativos”. O deputado Mauro Rubem (PT) participou de ato da categoria e manifestou apoio ao movimento.

Na Assembleia Legislativa o movimento também recebia apoio verbal dos deputados Mara Naves (PMDB), Honor Cruvinel (PSDB – líder do governo), Nédio Leite (PP) e José Nelto (PMDB).

Ainda manifestaram apoio os secretários de governo José Cleildo Barreto Bezerra (Ciência e Tecnologia), Aldo Arantes (Meio

cos), Leandro Sena (Secretário Extraordinário para Assuntos de Juventude) e Misaél Oliveira (Secretário Extraordinário para Coordenação dos Consórcios Intermunicipais de Obras).

A senadora goiana Iris de Araújo (PMDB), membro titular da Comissão de Educação do Senado, manifestou-se a favor do movimento, bem como a senadora Lúcia Vânia (PSDB).

A vereadora Cida Garcez (PSDB) enviou mensagem escrita de apoio à luta dos técnico-administrativos

Ato Político de abraço ao Hospital das Clínicas obtém grande repercussão

Cerca de 500 pessoas, entre servidores técnico-administrativos, professores e estudantes participaram do Ato Político de abraço ao prédio do Hospital das Clínicas, realizado no dia 26 de outubro, a partir das 9h. O ato foi organizado pelo Sint-UFG em conjunto com o diretor do HC, Paulo Ximenes, e o diretor da Faculdade de Medicina, Paulo César Veiga Jardim.

A manifestação obteve grande repercussão na mídia. Dos cinco canais de TV da cidade, quatro fizeram a



Foto: Toinzinho (Cegef)

cobertura do evento. As emissoras destacaram o impasse gerado em função da greve dos servidores da UFG. Também abriram espaço para o assunto jornais impressos e rádios.

De acordo com os organizadores, o Ato Político teve um grande significado porque envolveu a direção do Hospital das Clínicas e da Faculdade de Medicina na luta dos servidores da

instituição. Os dirigentes destas duas instituições manifestaram-se solidários à luta da categoria e cobraram publicamente o atendimento das reivindicações dos servidores da UFG.

O atendimento das reivindicações, segundo argumentaram, é a única forma de impedir que o Hospital das Clínicas seja fechado. O impacto do fechamento, por seu turno, seria muito grande, especialmente para os segmentos mais carentes da população de Goiânia.

Usuários do HC são solidários ao movimento

Para fortalecer a mobilização dos servidores técnico-administrativos no dia 11 de outubro foi realizado o segundo café da manhã no Hospital das Clínicas, com o objetivo de discutir a greve junto à comunidade do HC. A manifestação teve presença de um grande número de funcionários

da universidade – do HC e de outras unidades – e de cerca de 350 usuários do hospital.

Durante o ato, que teve presença marcante da imprensa, foi reforçada a posição inicial da categoria de manter o HC funcionando, mas em estado de greve, para não prejudicar a popu-

lação mais carente. Mas o comando alertou que a falta de negociação com o governo pode levar ao fechamento do hospital.

Além do público usuário do HC, que se mostrou solidário ao movimento, a manifestação teve a participação dos dois candidatos a diretor do hospital, profes-

sores Ximenes e José Garcia. O ato ainda recebeu apoio dos deputados estaduais Fábio Tokarski (PC do B) e Mauro Rubem (PT), da professora Ailma Maria, representando a CUT, Sandoval, representando o PC do B de Goiânia e Pedro Cruz, servidor da UFG e representante do PT goianiense.

Informe Jurídico

Associado regularize sua situação

O Departamento Jurídico do Sint-UFG solicita aos associados que compareçam no departamento para regularizar a sua situação referente às demandas coletivas propostas, para evitar o desconto previdenciário incidente no 13º salário, bem como proceder a demanda que visa a paridade entre ativos e aposentados na concessão de gratificação. GDAE, bem como o do percentual de 28,86%.

Mais informações pelo telefone: (62) 3261-4465.



Radicalização do movimento é destaque na mídia de Goiás

A greve dos servidores técnico-administrativos está sendo destaque na mídia em Goiás. O movimento obteve grande cobertura nas emissoras de TV's, bem como jornais e rádios. Há vários dias, a mídia está fazendo cobertura do assunto, especialmente depois que o Comando Local de Greve decidiu radicalizar as suas ações. As maiores coberturas foram em torno do Vestibular e ato Político de



Foto: Toinzinho (Cegef)

João Pires, do Sint-UFG, concede entrevista a emissoras de rádio e TV. Abaixo títulos de matérias de jornais impressos com a cobertura do movimento grevista dos servidores técnico-administrativos da UFG

Abraço ao prédio do Hospital das Clínicas (ver matéria na página ao lado).



Comando de greve se reúne com candidatos a diretor do HC



José Abel A. Ximenes

Os dois candidatos a diretor do Hospital das Clínicas se reuniram com o Comando Local de Greve e com a diretoria do Sint-UFG, no dia 11 de outubro. Nas reuniões, os professores Ximenes e José Garcia discutiram com os representantes do sindicato suas propostas para a gestão do hospital. A eleição para a escolha do novo diretor do HC está

marcada para o dia 9 de novembro.

O Sint-UFG oficializou junto à Comissão Eleitoral pedido para realização de um debate entre os dois candidatos. Pela proposta, a intermediação do debate será feita pela Sint-UFG, com o auxílio da Comissão Eleitoral. O sindicato, até o momento, não recebeu resposta sobre esta proposta.



José Garcia

QUADRO DEMONSTRATIVO DE PECÚLIOS PAGOS EM 2005

PECULIADOS	NOME DO FALECIDO	GRAU PARENTESCO	DATA DO OBITO	DATA DO PAGAMENTO	VALOR PAGO
Wania Marcia Moura Botosso	Duílio Botosso	PAI	31/1/2005	4/2/2005	4.413,50
Ruy Barbosa de Moura Botosso	Sebastiana de Moura Botosso	IRMÃ	17/2/2005	11/3/2005	4.413,50
Jose Rodrigues de Godoi	Jose Rodrigues de Godoi	TITULAR	19/12/2004	10/04/05	4.413,50
Jesus Belo da Silva	Hindemburgo Belo da Silva	PAI	22/3/2005	5/4/2005	4.413,50
Clarindo Pereira da Silva	Clarindo Pereira da Silva	TITULAR	28/3/2005	11/4/2005	4.413,50
Antonio Gomes de Faria	Sebastiana Gomes de Faria	MAE	7/4/2005	15/4/2005	4.413,50
Jose Leite de Moraes	Jose Leite de Moraes	TITULAR	12/4/2005	28/4/2005	4.413,50
Joao de Deus Pereira Falcao	Joao de Deus Pereira Falcao	TITULAR	3/5/2005	16/5/2005	5.092,50
Maria Jose Pires	Ernesto Gonzaga	PAI	6/5/2005	16/5/2005	5.092,50
Cleusa Alves Martins	Maria Pereira de Siqueira	MAE	21/3/2005	9/6/2005	5.092,50
Antonio Gonçalves da Silva	Francelina Santana da Silva	MAE	10/6/2005	24/6/2005	5.092,50
Izabel Maria Lopes Cunha	Joaquim Ananias Lopes	PAI	15/7/2005	22/7/2005	5.092,50
Marlene Carvalho Solino	Teobaldo Solino	PAI	16/8/2005	2/9/2005	5.092,50
Percival Gomes de Paula	Percival Gomes de Paula	TITULAR	11/9/2005	7/10/2005	5.092,50
Elisene Bonach	Otto Waldemar Bonach	PAI	5/10/2005	17/10/2005	5.092,50
Heloisa Helena Morbeck	Antonio Morbeck	PAI	6/10/2005	17/10/2005	5.092,50
Maria Aparecida Tallon Lobo	Astolpho Tallon	PAI	6/10/2005	18/10/2005	5.092,50

Governo retoma negociações com servidores técnico-administrativos

Confira a íntegra do ofício enviado pelo MEC à Fasubra e Sinasefe

Ofício nº 586/2005/
SEAD/MEC
Brasília, 26 de
outubro de 2005.
Aos: Dirigentes da
FASUBRA e do
SINASEFE

Senhores Dirigentes,

Em resposta aos ofícios encaminhados pelas entidades Fasubra e Sinasefe, relativos às reivindicações da categoria dos técnico-administrativos em educação das IFE, o Ministério da Educação- MEC tem a considerar:

1- Em 07/07/2005, mesmo não havendo ainda a finalização dos trabalhos das comissões de enquadramento para identificação do montante de recursos necessários à implantação do enquadramento por capacitação e o incentivo à qualificação, o MEC, a partir de levantamentos preliminares, firmou compromisso de destinar R\$250 milhões para este fim. Contudo, no mesmo documento, afirmou a necessidade de ajustes no âmbito do Governo.

2- Quando da negociação do Plano e sua edição as entidades e o Governo tinham pleno conhecimento da existência de uma parcela complementar dos vencimentos de muitos servidores e seus desdobramentos. Demonstrando sensibilidade na busca de solução para esta questão o Ministério criou, em julho de 2005, um grupo de trabalho específico entre o MEC, Dirigentes das IFE, e bancada sindical com prazo previamente estabelecido para conclusão dos trabalhos, que deveria apontar soluções para as distorções encontradas na implantação da matriz hierárquica da carreira. As en-

tidades apresentaram ao GT propostas que apontavam a necessidade de aporte de recursos superiores a R\$ 1 bilhão, enquanto o MEC propunha a "não absorção" do VBC. A greve, no entanto, impediu o prosseguimento dos trabalhos para o aprofundamento necessário e o apontamento da proposta de solução definitiva.

3- Com relação a proposta apresentada pelo Sinasefe de reajuste emergencial, aumento do piso e "step" no PCCTAE vale situar que no período de 2003 a 2005 forma destinados recursos da ordem de R\$ 1 bilhão e 220 milhões, fruto do reconhecimento pelo Governo da defasagem salarial da categoria e das negociações que até então vinham sendo mantidas. É importante ainda destacar que para 2006 já estão destinados R\$ 492 milhões para a implantação do "step" de 3,6.

4- Referente às reivindicações relativas a auxílio saúde, auxílio alimentação e parcelamento de férias, o Governo entende que estas devam ser tratadas na Mesa Nacional Permanente, uma vez que 64% dos servidores públicos não têm Planos de Saúde e quaisquer ações neste sentido afetarão o conjunto dos servidores.

5- Em 27/07/2005 durante a última reunião da Comissão Nacional da Supervisão o MEC apresentou a proposta de criação de um GT que deveria, no prazo de 30 dias descrever as atribuições dos cargos do PCCTAE e, em 60 dias, formular alternativas para a racionalização dos cargos. Esta atividade foi suspensa em decorrência da interrupção das negociações.

6- Em julho de 2005 o

MEC editou uma Portaria que instituiu uma comissão destinada a discutir a política de terceirização no âmbito das Instituições Federais de Ensino. Até a presente data as entidades sindicais não indicaram nomes para a composição da mesma.

7- Com relação à política de concursos públicos, será dado prosseguimento ao processo em curso de reposição dos cargos docente e técnico-administrativo vagos nas IFE.

8- Por fim, com relação a desvinculação da folha de pagamento do MEC dos servidores dos Hospitais Universitários e dos servidores inativos pertencentes aos quadros de pessoal das IFE, informamos que há por parte do governo uma posição contrária a esta proposta. Esta posição se confirma na própria estruturação do PCCTAE que incluiu estes segmentos sem qualquer objeção.

Face ao exposto entendemos que, embora tenha sido retomada a negociação, **os patamares anteriormente acordados, por força do contexto atual, deverão ser revistos, conforme já indicado no Ofício 447 de 16 de agosto de 2005, nos seguintes termos:**

1- Vimos primeiramente reafirmar o compromisso do Ministério da Educação, que traduz o próprio compromisso do Governo Federal, com a concretização da implantação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação - PCCTAE, por compreendermos a importância do mesmo, tanto para os servidores técnico administrativos, quanto para a or-

ganização do processo de gestão das Instituições Federais de Ensino, dado a natureza estruturante do Plano. Sendo assim, a proposta do Ministério da Educação consiste em dois itens:

a) disponibilização no orçamento de 2006 de um montante de R\$250 milhões destinados à implantação da segunda etapa do enquadramento que compreende o enquadramento nos níveis de capacitação e a concessão do incentivo à qualificação nos percentuais constantes na Lei nº 11 091/2005;

b) criação de um grupo de trabalho com a participação das entidades sindicais e de técnicos do MEC, para a análise dos questionamentos advindos dos servidores ocupantes dos cargos com Vencimento Básico Complementar.

Reafirmamos nossa disposição de retomarmos os trabalhos da Comissão Nacional de Supervisão da Carreira, o grupo de trabalho constituído para a racionalização dos cargos, as atividades de treinamento das Comissões Internas de Supervisão e todas as demais ações previstas e suspensas em virtude da interrupção das negociações. No entanto, entendemos que tais ações só poderão ser retomadas após o imediato retorno às atividades funcionais da categoria, ocasião em que será estabelecido o calendário de implantação.

Atenciosamente,

JAIRO JORGE DA SILVA
RONALDO TEIXEIRA
DA SILVA

Secretário-Executivo
Secretário-Executivo
Adjunto

Fasubra analisa proposta do MEC

Fasubra fez considerações sobre ofício do Ministério da Educação

Aos Senhores:
Secretário Executivo e
Secretário Adjunto Execu-
tivo,

O CNG – FASUBRA, em reunião realizada no dia 26 de outubro, analisando o ofício nº 586/2005/SEAD/MEC/26/10/2005, e considerando a necessidade de agilizar o processo de negociação, visando a construção de bom termo para a resolução de nossa Greve, realizou análise do mesmo, apresentando para vossa apreciação as seguintes considerações:

01. Com relação aos termos apresentados:

❑ Consideramos importante a posição de compromisso do MEC com a concretização das outras etapas da implantação do Plano de Carreira: finalização do processo de enquadramento - Níveis de Capacitação e Incentivo de Qualificação-, bem como a busca de alternativas para resolução do VBC – Vencimento Básico Complementar.

❑ Quanto ao montante de R\$ 250 milhões destinados à implantação da 2ª etapa do enquadramento, necessitamos de algumas informações já solicitadas na reunião com o MEC no dia 25 de outubro:

§ qual a metodologia utilizada para atingir este montante orçamentário?

§ a implantação da 2ª etapa do enquadramento será efetivada a partir de janeiro de 2006?

§ quais os percentuais de incentivos foram utilizados para fazer o cálculo?

§ qual o quantitativo de trabalhadores (as) farão jus à 2ª etapa do Enquadramento?

oficializada pelo Governo do montante de R\$ 320 milhões para o cumprimento dessa etapa, reforça a necessidade desta informação.

02. Com relação a criação de um Grupo de Trabalho para trabalhar alternativas de resolução do VBC, destacamos:

❑ Tendo em vista a apresentação de proposta de não absorção do VBC, por parte do governo, o CNG solicita informações completas sobre a proposta e seus respectivos desdobramentos e entende que a resolução imediata do VBC poderá partir deste patamar, em caráter temporário, com estabelecimento de Mesa para negociar a mudança na estrutura da tabela e suas etapas de implantação;

❑ Que é necessária a construção de um cronograma, com prazos fixados para início e término dos trabalhos.

❑ Convocação imediata do GT-Técnico para tratar do tema.

03 – Com relação a Racionalização;

❑ No tocante a Racionalização, concordamos que a discussão deste tema seja realizada nos Grupo de Trabalho já instituído, com cronograma de implantação. Solicitamos que o GT- Racionalização seja convocado para dar seqüência aos trabalhos iniciados.

❑ Com relação ao cronograma de trabalho do GT-Racionalização, propomos que sejam mantidos os prazos acordados quando da instalação do GT (30 dias para discussão de descrição de cargos e 30 dias para discussão de mudanças de Níveis de Classificação).

ceirização:

❑ Terceirização – O CNG-FASUBRA indicará ao MEC os nomes para compor o GT-Terceirização, até 04 de novembro.

05 – Com relação a Concurso Público:

❑ Concursos Públicos – Considerando que a expansão do Sistema de Ensino, anunciada pelo Governo, necessitará de ampliação da força de trabalho técnico-administrativa, entendemos que é necessário o Governo construir uma política de liberação de vagas para concurso.

Neste sentido solicitamos informações acerca do número de vagas já ocupadas, através de concurso público, de 2003 até a presente data, e a estimativa do número de vagas para os futuros Concursos.

Este tema remonta a uma reivindicação histórica da categoria.

06. Com relação a desvinculação da folha de pagamento do MEC dos servidores dos HU's

❑ A posição expressa pelo no item 08 desse Ministério, coincide com a posição defendida pelo movimento. A FASUBRA é contra a desvinculação dos trabalhadores dos HU's da folha de pagamento do MEC, bem como do percentual de 75% destinados à manutenção do ensino por entender que estes são trabalhadores em educação.

07. Com relação a desvinculação da folha de pagamento do MEC os servidores aposentados

❑ A posição expressa no item 08 do ofício desse Ministério, coincide com a posição defendida pelo movimento, acrescida da manu-

e paridade entre ativos e aposentados.

08. Com relação a posição referente aos demais itens da pauta afirmamos:

❑ A reivindicação referente ao Auxílio Saúde, Auxílio Alimentação e Parcelamento de Férias, que deverão ser tratadas na Mesa de Nacional de Negociação Permanente, este CNG necessita de informação acerca da definição de data para reinstalação da mesma. A expectativa do movimento é que o MEC, como instância de Governo, faça gestão junto ao Planejamento, no sentido de agilizar a resolução dos itens acima mencionados.

Diante do exposto, solicitamos de Vossas Senhorias a apresentação de Agenda e Calendário com relação aos itens apresentados no ofício 586/2005/SEAD/MEC, bem como reafirmamos o compromisso histórico, dessa categoria, de enviar todos os esforços necessários para garantir o restabelecimento do processo negocial, que positivamente foi reaberto pelo Governo no dia 25 p.p..

Registramos, ainda, que reconhecemos esse Ministério como nosso interlocutor credenciado historicamente, por nossa categoria, nos processos de negociação e esperamos que na Mesa do dia 31 de outubro, às 17:00, possamos avançar rumo à construção do entendimento que passa, necessariamente, pela disposição das partes em investir no diálogo e na negociação.

Atenciosamente

Comando Nacional

Sint-UFG convoca V Congresso de Servidores Técnico-administrativos

O Sint-UFG promoverá nos dias 29, 30 de novembro e 1º de dezembro o V Congresso de Servidores Técnico-Administrativos da UFG, que será realizado na sede do sindicato, das 8h às 18h.

O congresso abordará assuntos sobre a reforma sindical e trabalhista, fará a

análise da conjuntura nacional e estadual, reforma universitária, entre outros.

As inscrições dos delegados (as) e suplentes vai de 23 a 25 de novembro e podem ser feitas na secretaria da sede administrativa do SINT-UFG. (Veja na íntegra o edital abaixo).



EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Diretoria do SINTUFG, reunida no dia 12 de setembro do corrente ano, convoca o V Congresso dos Servidores Técnico-administrativos da UFG, observando o que estabelece o Art. 5º, Art. 6º, Art. 7º, Art. 8º e Art. 9º e seus Parágrafos do Estatuto, CONVOCA seus filiados para participarem do V Congresso do SINT-UFG.

I – Da data, horário e local para realização do V Congresso:

1º - O V Congresso do SINT-UFG, realizar-se-á nos dias 29 e 30 de novembro e 1º de dezembro de 2005;

2º - O V Congresso do SINT-UFG, ocorrerá das 8h00 às 18h00;

3º - O V Congresso do SINT-UFG, acontecerá na sede social do SINT-UFG.

II – Do temário do Congresso:

1º - Apresentação e aprovação do Regimento Interno do V Congresso do SINT-UFG;

2º - Análise de conjuntura nacional e estadual;

3º - Análise sobre a Reforma Sindical e Trabalhista;

4º - Análise sobre a Universidade Pública, a Reforma Universitária e a UFG;

5º - Debate sobre a Reforma Estatutária do SINT-UFG;

6º - Plenário final do V Congresso para:

a) Aprovação do Plano de Lutas do SINT-UFG;

b) Aprovação das mudanças no Estatuto do SINT-UFG;

c) Aprovação de Moções.

III – Da inscrição:

As inscrições dos delegados(as) e suplentes deverão ocorrer de 23 a 25 de novembro, junto a secretaria da sede administrativa do SINT-UFG.

IV – Das disposições gerais:

Os casos omissos deverão ser analisados e aprovados pelo Conselho de Delegados do SINT-UFG, bem como a proposta de Regimento Interno do V Congresso do SINT-UFG.

Goiânia, 28 de setembro de 2005.

Assis. Social Fátima dos Reis
Coordenadora Sindical

Sint-UFG promove baile para comemorar Dia do Servidor

O Sint-UFG promoveu no dia 28 de outubro, em sua sede social, um baile especial comemorativo ao Dia do Servidor Público. Muita alegria e descontração marcaram o evento. O som ao vivo foi comandado pela "Banda de K". A entrada foi gratuita.



Obras do Restaurante do Clube do SINT-UFG estão em fase final

As obras para a reforma do Restaurante do Clube do SINT-UFG estão em fase final. Em breve a obra será entregue. Foram feitas adaptações do espaço físico, com o objetivo de possibilitar um melhor atendimento ao público. O valor da reforma foi de aproximadamente R\$ 80 mil, o que incluiu a reforma na parte elétrica, instalação de condicionadores de ar, troca do forro em PVC, novo acesso ao prédio, pintura, reforma no piso da entrada, a instalação de um exaustor na cozinha, entre outros ajustes.

